



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza, higiene e descartáveis, (materiais de consumo) para atender necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

Item	Descrição	Qtde	Unidade Medida
1	DETERGENTE NEUTRO 500ML NEUTRO LÍQUIDO, BIODEGRADÁVEL CONCENTRADO, BICO DOSADOR TIPO PUSH-PULL. FRASCO DE 500 ML. COMPOSIÇÃO: AQUIL BENZENO, SULFATO DE SÓDIO (PRINCÍPIO ATIVO), NEUTRALIZANTE, CONSERVANTE, SEQUESTRANTE, COADJUVANTE, ESPESANTE, SAIS ORGÂNICOS, FRAGRANCIA, CORANTE E ÁGUA. SIMILAR OU SUPERIOR A MARCA YPÊ.	9.600,00	UN
2	CERA LÍQUIDA INCOLOR750 ML. COMPOSIÇÃO: CERA DE CARNAÚBA, PARAFINA, COADJUVANTE, EMULSIFICANTE, AGENTE FORMADOR DE FILME, AGENTE NIVELADOR, CONSERVANTE, SOLVENTE ALIFÁTICO, CORANTE, FRAGRÂNCIA E VEÍCULO. SIMILAR OU SUPERIOR A MARCA BRAVO OU BRILHO FÁCIL.	3.750,00	FR
3	CERA LÍQUIDA INCOLOR750 ML. COMPOSIÇÃO: CERA DE CARNAÚBA, PARAFINA, COADJUVANTE, EMULSIFICANTE, AGENTE FORMADOR DE FILME, AGENTE NIVELADOR, CONSERVANTE, SOLVENTE ALIFÁTICO, CORANTE, FRAGRÂNCIA E VEÍCULO. SIMILAR OU SUPERIOR A MARCA BRAVO OU BRILHO FÁCIL.	1.250,00	FR
4	LIMPADOR INSTANTÂNEO MULTIUSO COMPOSIÇÃO: LAURIL ÉTER, SULFATO DE SÓDIO 29% ÁLCCOL ETOXILADO, ÉTER GLICÓLICO, ÁLCOOL ETÍLICO 96° GL. FRAGRANCIA: ÁGUA ABRANDADA, MONOETANOLAMINA 99%.	10.800,00	UN
5	LIMPADOR INSTANTÂNEO MULTIUSO COMPOSIÇÃO: LAURIL ÉTER, SULFATO DE SÓDIO 29% ÁLCCOL ETOXILADO, ÉTER GLICÓLICO, ÁLCOOL ETÍLICO 96° GL. FRAGRANCIA: ÁGUA ABRANDADA, MONOETANOLAMINA 99%.	3.600,00	UN
6	SABÃO EM PÓ DE 1ª QUALIDADE AZUL, CAIXA DE 800 GRAMAS, DE 1ª QUALIDADE. COMPOSIÇÃO: TENSOATIVO ANIONICO, ALCALINIZANTE, COADJUVANTE, ANTIRREDEPOSITANTE, BRANQUEADOR OPTICO, CORANTE, ENZIMA, BRANQUEADOR, TAMPONANTE, SINERGISTA, PERFUME, ÁGUA, ALVEJANTE E CARGA. PRINCÍPIO ATIVO: ALQUILBENZENO, SULFONATO DE SÓDIO. CONTÉM TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL. SIMILAR OU SUPERIOR A MARCA TIXAN YPÊ OU OMO.	4.200,00	UN
7	BORRIFADOR PULVERIZADOR MANUAL (FRASCO COM GATILHO), CAPACIDADE DE 500 ML, COM VÁLVULA BORRIFADORA P/ ÁLCOOL. PLÁSTICO RESISTENTE	800,00	UN
8	LIMPA VIDROS DE 500 MLCOMPOSIÇÃO: LAURIL ÉTER, SULFATO DE SÓDIO 29% ÁLCCOL ETOXILADO, ÉTER GLICÓLICO, ÁLCOOL ETÍLICO 96° GL. FRAGRANCIA: ÁGUA ABRANDADA, MONOETANOLAMINA 99%. IGUAL OU SUPERIOR MARCA VIDREX	2.000,00	FR
9	PA PARA LIXO CABO LONGO COM BASE GALVANIZADA E COM CABO DE MADEIRA PINNUS. DEVERÁ CONSTAR NO PRODUTO ETIQUETA COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, FABRICAÇÃO E MARCA.	300,00	UN



10	FLANELA P/ LIMPEZANA COR BRANCA. 100% ALGODÃO, MEDINDO 38CM X 58CM, CANTOS ARREDONDADOS, BORDAS COM BAINHA (COSTURA REFORÇADA EM OVERLOQUE).	7.000,00	UN
11	ÁLCOOL HIDRATADO ETÍLICO LÍQUIDO 46% (46° INPM (46% P/P) OU 46°GL (NBR 5992). FRASCO DE 1.000ML.	6.000,00	UN
12	ESCOVA P/ LAVAR ROUPA-BASE DE MADEIRA E CERDAS DE NYLON.	1.000,00	UN
13	BALDE PLÁSTICO 10 LITROS CONFECCIONADO EM MATERIAL DE POLIPROPILENO RESISTENTE OU POLIESTIRENO RESISTENTE, NÃO RECICLADO, ATÓXICO. DEVE SER LISO DE UMA ÚNICA COR. MATERIAL PLÁSTICO REFORÇADO COM ALÇA EM METAL GALVANIZADO. O PRODUTO DEVE SER IDENTIFICADO ATRAVÉS DE ETIQUETA CONTENDO INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS E CERTIFICADO PELO INMETRO.	500,00	UN
14	RODO 40 CM COM A BASE DE ENCAIXE ROSQUEÁVEL EM PLÁSTICO REFORÇADO, BORRACHA DUPLA. FEITO EM MATERIAL RESISTENTE E DE BOA QUALIDADE.	1.200,00	UN
15	LÃ DE AÇO PCT C/ 8 UNID.COMPOSTA DE AÇO CARBONO. PACOTE COM 60 G E 8 UNIDADES. SIMILAR OU SUPERIOR A MARCA BOMBRIL.	6.000,00	PC
16	SACO P/LIXO 100 LITROS, REFORÇADO EM POLIPROPILENO. FABRICADO DENTRO DAS NORMAS DA ABNT. CADA EMBALAGEM DE 5 UNIDADES DEVERÁ CONTER ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO E DO FABRICANTE. MICRA 80. PACOTES COM 10 UNIDADES.	4.500,00	PC
17	SACO P/LIXO 100 LITROS, REFORÇADO EM POLIPROPILENO. FABRICADO DENTRO DAS NORMAS DA ABNT. CADA EMBALAGEM DE 5 UNIDADES DEVERÁ CONTER ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO E DO FABRICANTE. MICRA 80. PACOTES COM 10 UNIDADES.	1.500,00	PC
18	ESCOVA LAVAR VASO SANITARIO CERDAS DE NYLON E CABO DE POLIPROPILENO.	600,00	UN
19	VASSOURA PIACAÇA C/ CABO COM CABO. CERDAS DE PIACAÇA. COMPRIMENTO DAS CERDAS DE 35 CM, COM CABO DE MADEIRA PLASTIFICADA COM APROXIMADAMENTE 120 CM DE COMPRIMENTO. APLICAÇÃO LIMPEZA EM GERAL. BOA QUALIDADE	1.200,00	UN
20	SABÃO EM PO 1 KG AMARELO, PARA LIMPEZA GERAL, BIODEGRADÁVEL. COMPOSIÇÃO: GORDURAS SAPONIFICADAS, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, CARBONATO DE SÓDIO, SILFATO DE SÓDIO, TALCO ANTIOXIDANTE E MASCARANTE. SIMILAR OU SUPERIOR A MARCA GALO OU AMARELO.	1.900,00	KG
21	SABÃO EM BARRA 200 GR 5X15X1 GLICERINADO, PRODUTO MULTIUSO UTILIZADO NA LAVAGEM DE ROUPAS, LOUÇAS E UTENSÍLIOS DE COZINHA EM GERAL. CARACTERÍSTICAS: POSSUI ALTO TEOR DE AGT (RESPONSÁVEL PELO PODER DE LIMPEZA E ESPUMA), NEUTRO E ISENTO DE CORANTES. COMPOSIÇÃO: SABÃO DE ÁCIDOS GRAXOS LÁURICOS, SABÃO DE ÁCIDOS GRAXOS ESTEÁRICOS, SABÃO DE ÁCIDOS GRAXOS OLEICOS, COADJUVANTES, GLICERINA, AGENTE ANTI-REDEPOSITANTE E ÁGUA. BARRA DE 200 G. ACONDICIONADO EM EMBALAGENS PLÁSTICAS TRANSPARENTES CONTENDO 5 BARRAS. O PRODUTO DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. SIMILAR OU SUPERIOR A MARCA YPÊ.	1.900,00	PC
22	VASSOURA DE COQUEIRO C/ CABO COM CABO. VASSOURA DE PALHA (ESTILO COQUEIRO) DE BOA QUALIDADE. MATERIAL DAS	1.500,00	UN



	CERDAS: PALHA. COMPRIMENTO DAS CERDAS: 35 CM. DEVE POSSUIR CABO. APLICAÇÃO: LIMPEZA EM GERAL.		
23	RODO 60 CM COM A BASE DE INCAIXE ROSQUEÁVEL EM PLÁSTICO REFORÇADO, BORRACHA DUPLA DE 60 CM. FEITO EM MATERIAL RESISTENTE E DE BOA QUALIDADE.	1.200,00	UN
24	ÁGUA SANITÁRIA COM AÇÃO ALVEJANTE, DESINFETANTE E BACTERICIDA EM FRASCO DE 1 LITRO. COMPOSIÇÃO: HIPOCLORITO DE SÓDIO E ÁGUA. PRINCÍPIO ATIVO: HIPOCLORITO DE SÓDIO E ÁGUA. TEOR DE CLORO ATIVO DE 2,0% A 2,5% PPM. PRODUTO A BASE DE CLORO. PH: 11,5 A 13,0 (A 25°C). DENSIDADE: 1,030 A 1,045 G/ML (SOLUÇÃO COM 2,5% CLORO LIVRE A 25°C). REGISTRO NA ANVISA. SIMILAR OU SUPERIOR A MARCA QBOA OU YPÊ.	11.250,00	FR
25	ÁGUA SANITÁRIA COM AÇÃO ALVEJANTE, DESINFETANTE E BACTERICIDA EM FRASCO DE 1 LITRO. COMPOSIÇÃO: HIPOCLORITO DE SÓDIO E ÁGUA. PRINCÍPIO ATIVO: HIPOCLORITO DE SÓDIO E ÁGUA. TEOR DE CLORO ATIVO DE 2,0% A 2,5% PPM. PRODUTO A BASE DE CLORO. PH: 11,5 A 13,0 (A 25°C). DENSIDADE: 1,030 A 1,045 G/ML (SOLUÇÃO COM 2,5% CLORO LIVRE A 25°C). REGISTRO NA ANVISA. SIMILAR OU SUPERIOR A MARCA QBOA OU YPÊ.	3.750,00	FR
26	TOALHA DE PAPEL SIMPLES INTERFOLHADA DE 2 DOBRAS. COMPOSTO DE 100% DE FIBRAS CELULÓSICAS VIRGENS, SEM FRAGRÂNCIAS, SEM IMPUREZAS, ABSORVENTE E INTERFOLHADO. GORFADO PARA USO EM DISPENSER. FARDO EM PAPEL KRAFT RESISTENTE COM 1.000 FOLHAS DISPOSTAS EM QUATRO PACOTES PLÁSTICOS FECHADOS COM 250 FOLHAS CADA. O PRODUTO DEVE ESTAR DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DO INMETRO EM RELAÇÃO À LARGURA, COMPRIMENTO E DEMAIS OBRIGATORIEDADES DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. MEDIDAS DE 23 CM DE LARGURA, 21 CM DE COMPRIMENTO, COM VARIAÇÃO DIMENSIONAL MÁXIMA DE MAIS OU MENOS 1 CM. TIPO DE FOLHA: SIMPLES COM 2 DOBRAS EM FORMA DE Z E UMA DOBRA NA PONTA PARA SEGURAR O PAPEL.	1.400,00	FD
27	SABONETE LÍQUIDO, GALÃO COM 5 LITROS ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO VISCOSO CREMOSO, ODOR ERVA-DOCE, ACIDEZ PH NEUTRO. APLICAÇÃO PARA ANTISSEPSE DAS MÃOS COM AGENTES HIDRATANTES. COMPOSIÇÃO: GLICERINA, AGENTES EMOLIENTES. EMBALAGEM EMPILHÁVEL. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES. REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE OU ANVISA. SIMILAR OU SUPERIOR A MARCA ERVA DOCE OU START.	2.000,00	GL
28	PANO DE LIMPEZA DE SACO ALVEJADO 50X80, 100% ALGODÃO, DE BOA QUALIDADE, COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 75CM DE COMPRIMENTO POR 45 CM DE LARGURA COM ACABAMENTO NAS BORDAS.	6.000,00	UN
29	ESPONJA LIMPADORA DUPLA FACE 110 X 75 X 20 MM. COMPOSIÇÃO: ESPUMA AMARELA DE POLICETERANO, FIBRA SINTÉTICA COM ABRASIVO DE ALTA QUALIDADE. SIMILAR OU SUPERIOR A MARCA SCOTCH BRITE.	12.000,00	UN
30	VASSOURA DE PELO C/CABO COM CABO CEPA DE POLIPROPILENO DE APROXIMADAMENTE (4 X 21,5 X 5) CM. FIO DE NO MÍNIMO 12 CM, COM 66 TUFOUS CONTENDO 40 CERDAS POR TUFO. COM CERDAS 100% PET PROPILENO, TIPO PLUMADA. CABO REVESTIDO DE POLIPROPILENO MEDINDO 120 CM, COM GANCHO	1.200,00	UN



	DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, ROSCA DE POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE		
31	SACO PARA LIXO. DE 50 LITROS PRETO, REFORÇADO EM POLIPROPILENO. FABRICADO DENTRO DAS NORMAS ABNT. EM CADA EMBALAGEM DE 10 UNIDADES DEVERÁ CONTER ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO E DO FABRICANTE. MICRA 60. PACOTES COM 10 UNIDADES.	6.000,00	PC
32	COPO DESCARTAVEL 200ML - PCT C/ 100 UNID CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO TRANSPARENTE, COM CORPO FRISADO, BORDAS ARREDONDADAS, SEM TELESOPAMETO. OBEDECENDO À NORMA DA ABNT Nº 14.865.	12.000,00	PC
33	PAPEL HIGIÊNICO - PCTE C/ 04 UNID. BRANCO PACOTE COM 04 UNIDADES. BRANCO EM ROLO MEDINDO 10 CM DE LARGURA X 30 METRO DE COMPRIMENTO, FOLHA DUPLA, PRODUTO ABSORVENTE, FABRICADO COM FIBRAS NATURAIS VIRGENS, 100% CELULOSE (NÃO RECICLADO) EXPRESSO NA EMBALAGEM, GORFADO, COM ALVURA SUPERIOR A 82,8 % CONFORME ABNT NBR NM-ISSO 2470, PINTAS INFERIOR A 17 MM ² /M ² CONFORME NBR 8259:2002 E CONFORME NBR 15134:2007 ÍNDICE DE MACIEZ 10,7N.M/G E TEMPO DE ABSORÇÃO 4,3. PRODUTO ACONDICIONADO EM PACOTE CONTENDO 4 ROLOS CADA OU FARDO COM 64 ROLOS CADA. OS PACOTES DEVERÃO CONSTAR INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, MARCA, ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO, BEM COMO A SUA COMPOSIÇÃO, AS MESMAS DEVEM ESTAR IMPRESSA NA FORMA LEGÍVEL, NÃO SENDO ACEITO QUAISQUER TIPO DE ETIQUETA QUE POSSA VIR A CONSTAR NA MESMA. SIMILAR OU SUPERIOR AS MARCAS PERSONAL OU FOFINHO.	68.640,00	PC
34	PAPEL HIGIÊNICO - PCTE C/ 04 UNID. BRANCO PACOTE COM 04 UNIDADES. BRANCO EM ROLO MEDINDO 10 CM DE LARGURA X 30 METRO DE COMPRIMENTO, FOLHA DUPLA, PRODUTO ABSORVENTE, FABRICADO COM FIBRAS NATURAIS VIRGENS, 100% CELULOSE (NÃO RECICLADO) EXPRESSO NA EMBALAGEM, GORFADO, COM ALVURA SUPERIOR A 82,8 % CONFORME ABNT NBR NM-ISSO 2470, PINTAS INFERIOR A 17 MM ² /M ² CONFORME NBR 8259:2002 E CONFORME NBR 15134:2007 ÍNDICE DE MACIEZ 10,7N.M/G E TEMPO DE ABSORÇÃO 4,3. PRODUTO ACONDICIONADO EM PACOTE CONTENDO 4 ROLOS CADA OU FARDO COM 64 ROLOS CADA. OS PACOTES DEVERÃO CONSTAR INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, MARCA, ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO, BEM COMO A SUA COMPOSIÇÃO, AS MESMAS DEVEM ESTAR IMPRESSA NA FORMA LEGÍVEL, NÃO SENDO ACEITO QUAISQUER TIPO DE ETIQUETA QUE POSSA VIR A CONSTAR NA MESMA. SIMILAR OU SUPERIOR AS MARCAS PERSONAL OU FOFINHO.	22.880,00	PC
35	DESINFETANTE EUCALIPTO COM AÇÃO ANTIMICROBIANA. FRASCO PLÁSTICO DE 1.750 ML. MONIL FENOL, ETOXILADO, CLORETO DE AQUIMIL, AMIDO PROPIL DIMETIL AMÔNIO, ÓLEO DE EUCALIPTO, OPAXIDANTE, CONSERVANTE E ÁGUA. COMPONENTE ADITIVO: CLORETO DE AQUIMIL, AMIDO PROPIL DIMETIL BENZIL AMÔNIO, CLORETO DE DIDECL DIMETIL AMÔNIO. REGISTRO NA ANVISA/MS. SIMILAR OU SUPERIOR A MARCA POLITRIZ OU PINHO.	7.800,00	UN
36	AMACIANTE DE ROUPAS 2 LTS ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO COM ASPECTO LÍQUIDO VISCOSO CONCENTRADO E PH (PURO) ENTRE 3,0 A 3,6. PERFUMADO. COMPOSIÇÃO: METIL SULFATO DE	2.000,00	FR



	DIALQUILESTER HIDROXIETIL METIL AMÔNIO, ÁGUA, FRAGÂNCIAS E COADJUVANTES. FRASCO COM TAMPA DOSADORA E SISTEMA DE ABRIR E FECHAR COM LACRE DE ROSQUEAR. NA EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.		
37	AVENTAL IMPERMEÁVEL DE SEGURANÇA, EM TREVIRA, COM ESPESURA MÍNIMA DE 35 MM, PEÇA SEM EMENDAS, SEM FORRO, COM TIRAS SOLDADAS DE MESMO MATERIAL DO AVENTAL FIXAS NO PESCOÇO E DUAS NA CINTURA. TAMANHOS: P, M E G.	1.000,00	UN
38	AVENTAL CONFECCIONADO EM TECIDO OXFORD 100% POLIÉSTER NA COR BRANCA COM TIRAS DE AMARRAR, VIÉS LATERAL. MEDIDA PADRÃO DO AVENTAL: 68X48 CM (ÁREA DO CORPO).	600,00	UN
39	BANHEIRA PLÁSTICA PARA CRIANÇA COM VÁLVULA TAMPÃO. FORMATO ANATÔMICO COM APOIO PARA CABEÇA, COSTAS E PERNAS. SUPORTANDO APROXIMADAMENTE 25 KG. LARGURA DE 77 CM, ALTURA DE 21 CM, PROFUNDIDADE DE 46 CM E PESO DE 804 G.	100,00	UN
40	CESTO P/ LIXO - COM TAMPA E PEDAL, 10 LTS DE BOA QUALIDADE E REFORÇADO. DEVERÁ TER SUPORTE REFORÇADO PARA SEGURAR O SACO DE LIXO COM SEGURANÇA E ACOPLADO AO CESTO.	900,00	UN
41	CESTO P/ LIXO - COM TAMPA E PEDAL, CAPACIDADE DE 50 LTS DE BOA QUALIDADE E REFORÇADO. DEVERÁ TER SUPORTE REFORÇADO PARA SEGURAR O SACO DE LIXO COM SEGURANÇA E ACOPLADO AO CESTO.	900,00	UN
42	CESTO P/ ROUPAS- 100 LTS COM TAMPA E FABRICADO EM PLÁSTICO RESISTENTE.	100,00	UN
43	ESCOVA DENTAL CERDAS MACIAS, CABEÇA COMPACTA E ARREDONDADA, COM PROTETOR DE CERDAS. TAMANHO PEQUENO	6.000,00	UN
44	ESCOVA PARA CABELO COR PRETA DE PLÁSTICO. MODELO JACARÉ COM BOLINHAS NAS PONTAS.	400,00	UN
45	ESPONJA PARA BANHO DUPLA FACE. COMPOSTA DE POLIURETANO, FIBRA SINTÉTICA E AGENTE BACTERIOSTÁTICO. SIMILAR OU SUPERIOR A MARCA PONJITA.	5.000,00	UN
46	LIMPADOR PERFUMADO COMPOSIÇÃO: ADQUIL BENZENO LINEAR, LAUREL E TER SULFATO DE SÓDIO, SEQUESTRANTE DE METAIS, ÁLCOOL ETOXILADO, CORANTE, CONSERVANTE, FRAGRÂNCIA E ÁGUA. EMBALAGEM DE 5 LITROS. FRAGRÂNCIA LAVANDA.	2.000,00	UN
47	PASTA DENTAL 90 GR COMPOSIÇÃO: CARBONATO DE CÁLCIO, ÁGUA, SORBITOL, LAURIL SULFATO DE SÓDIO, MONOFLUOROFOSFATO DE SÓDIO, SABOR, GOMA DE CELULOSA, PIROFOSFATO TETRASÓDIO, SILICATO DE SÓDIO, SACARINA SÓDICA, METILPARABENO, PROPILPARABENO. UNIDADE. SIMILAR OU SUPERIOR A MARCA COLGATE.	900,00	UN
48	POMADA PARA ASSADURA 120 GR. USO PEDIÁTRICO. PRINCIPAIS COMPONENTES: PRÓ-VITAMINA B5 (DEXIPANTENOL), LANILINA E ÓLEO DE AMENDOAS DOCE. PRODUTO DEVERÁ SER SIMILAR OU SUPERIOR A MARCA BEPANTOL.	1.500,00	UN
49	SABONETE INFANTIL COM PESO MÍNIMO 70 GRAMAS. COMPOSIÇÃO: SABÃO BASE (GORDURA ANIMAL E VEGETAL), FRAGRÂNCIA, DIÓXIDO DE TITÂNIO, ÓLEO DE AMENDOAS,	1.400,00	UN



	ETILENO DIAMINO TETRACÉTICO DISSÓDICO, ÁCIDO ETIDRÔNICO, BUTIL HIDROXI TOLUENO, ÓXIDO DE FERRO HIDRATADO E ÓXIDO DE FERRO. TEOR DE VOLÁTEIS: 16%. SIMILAR OU SUPERIOR A MARCA JOHNSONS OU POM POM		
50	SABONETEIRA EM PLÁSTICO RESISTENTE.	3.000,00	UN
51	SACO PLÁSTICO 50X80 CAPA DE FARDOTRANSPARENTE. CONFECCIONADO EM MATERIAL NÃO RECICLADO E RESISTENTE. MICRA 100.	200,00	KG
52	SACO PLÁSTICO TRANSPARENTETAMANHO 35X45 CM. CONFECCIONADO EM MATERIAL NÃO RECICLADO E RESISTENTE. MICRA 08. EMBALAGENS EM PACOTE DE 1 KG.	600,00	KG
53	SACOLA PLÁSTICA LEITOSAP/ EMBALAGEM. TAMANHO 50X60. MICRA 40. CONFECCIONADO EM MATERIAL NÃO RECICLADO E DE BOA QUALIDADE. PACOTE COM 100 UNIDADES.	300,00	UN
54	SAPONACEO EM PO COMPOSIÇÃO: TENSOATIVOS ANIÔMICOS, ALCALINIZANTES, AGENTE. APLICAÇÃO: LIMPEZA DE PISOS, PAREDES E LOUÇAS. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BIODEGRADÁVEL, ASPECTO FÍSICO PÓ COM MÍNIMO 300 GRAMAS.	600,00	UN
55	SHAMPOO P/BEBECOM GLICERINA, PH BALANCEADO, FÓRMULA HIPOLERGÊNICA. ISENTA DE CORANTES, PARABENOS E SULFATOS. FRASCO COM 400 ML. (MARCA SIMILAR OU SUPERIOR JOHNSONS).	4.000,00	UN
56	SHAMPOO P/PIOLHOMEDICAMENTO A BASE DE DIMETICONA. FRASCO COM 200 ML.	1.500,00	UN
57	TOUCADE PROCEDIMENTO DESCARTÁVEL CONFECCIONADO EM TNT (TECIDO NÃO TECIDO). NÃO ESTÉRIL, POSSUI ELÁSTICO REVESTIDO, PROPORCIONANDO MELHOR VEDAÇÃO DURANTE SUA UTILIZAÇÃO. NA COR BRANCA, TAMANHO ÚNICO. PACOTE COM 100 UNIDADES.	1.200,00	PCT
58	RODO PARA PIACONTÉM BORRACHA EFICIENTE QUE PUXA ÁGUA, E É IDEAL PARA SER UTILIZADO EM PIAS COM ALTO OU BAIXO VOLUME DE LOUÇAS, PUXANDO TODO EXCESSO DE ÁGUA. POSSUI PEGA ANATÔMICA E RASPADOR NA PARTE SUPERIOR.	300,00	UN
59	PRATO DESCARTÁVEL15 CM DE DIÂMETRO, PACOTE COM 10 UNIDADES. NA COR BRANCO.	1.000,00	PC
60	GUARDANAPO DE PAPEL NAS MEDIDAS DE 23 X 20 CM , NA COR BRANCA, 50 FLS CADA, 100 % CELULOSE. (MARCA SIMILAR OU SUPERIOR: BOB, SANTEPEL, SNOB)	1.000,00	UN
61	GARFO DESCARTÁVEL, PACOTE COM 50 UNIDADESCOMPRIMENTO 15,5 CM	1.000,00	PC
62	COLHER DESCARTÁVEL PARA SOBREMESA PACOTE COM 50 UNIDADESFABRICADA EM POLIESTIRENO, COM 15,6 CM DE COMPRIMENTO E 3,3 CM DE LARGURA	1.000,00	PC
63	DESENGRAXANTE MULTIUSODESENGORDURANTE DE SUJEIRA PESADA. FORMA DO PRODUTO: LÍQUIDO, AROMA: SEM PERFUME. USOS ESPECÍFICOS DO PRODUTO: DIVERSOS. CARACTERÍSTICA DO MATERIAL: BIODEGRADÁVEL. EMBALAGEM DE 5 LITROS. MARCA SIMILAR OU SUPERIOR MÁGICO START.	30,00	UN
64	IMPERMEABILIZANTE ACRILICO 05 LTS. (CERA)ACRÍLICA IMPERMEABILIZANTE. AUTO BRILHANTE, ULTRA TRANSPARENTE E ANTI DERRAPANTE, QUE NÃO SOFRE AMARELAMENTO, POIS NÃO POSSUI MISTURA ESTIRENADA.	100,00	UN



	EMBALAGEM PLÁSTICA EM GALÃO DE 5 LITROS. SIMILAR OU SUPERIOR A MARCA START.		
65	ALCOOL EM GEL 70%, GEL A BASE DE ÁLCOOL PARA HIGIENIZAÇÃO, A 70%, COM AGENTE HIDRATANTES COM AÇÃO ANTISSEPTICA, SEM ENXAGUE, SEM DEIXAR ODOR RESIDUAL. FRASCO DE 1.000 ML COM VÁLVULA DE APLICAÇÃO. REGISTRO NA ANVISA.	700,00	FR
66	BALDE DE ALUMÍNIO CAPACIDADE 10 LITROS COM ALÇA.	240,00	UN
67	ODORIZADOR DE AMBIENTE AEROSOL. FRASCO COM APROXIMADAMENTE 360 ML. MARCA SIMILAR OU SUPERIOR À MARCA GLADE, BOM AR AIR WICK.	250,00	UN
68	ESCOVAP/ LAVAR MAMADEIRA. CABO DE POLIPROPILENO E CERDAS DE NYLON.	900,00	UN
69	Saco de lixo 30 LITROS EM ROLO PRETO, REFORÇADO EM POLIETILENO. FABRICADO DENTRO DAS NORMAS ABNT. EM CADA EMBALAGEM COM 50 UNIDADES DEVERÁ CONTER ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO E DO FABRICANTE. MICRA 08. ROLO COM 50 UNIDADES	4.000,00	UN
70	VASSOURA DE NYLON COLORIDO 30 CM, CABO DE MADEIRA PLASTIFICADO COM PONTEIRA PLÁSTICA PARA PENDURAR, COMPRIMENTO MÍNIMO DO CABO 1,20M, BASE PLÁSTICA, COMPRIMENTO APROXIMADO DAS CERDAS 8 CM.	1.200,00	UN

1.1. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 177, de 06 (seis) de setembro de 2022.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado por igual período com possível recomposição do saldo original da ata, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O quantitativo mencionado acima é estimado com base na demanda, não gerando obrigação da Contratante de execução total durante a vigência do contrato. O quantitativo foi definido apenas para limitar e dimensionar a proposta dos licitantes.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. A aquisição de materiais de limpeza e higiene faz-se necessária para assegurar condições adequadas de salubridade, higiene e segurança nos prédios públicos sob responsabilidade desta



Administração, especialmente nas unidades escolares, administrativas e demais espaços de uso coletivo.

2.3. Tais materiais são essenciais para a manutenção da limpeza diária dos ambientes, contribuindo para a prevenção de doenças, a conservação do patrimônio público e a promoção de um ambiente saudável para servidores, alunos, usuários e a comunidade em geral. A ausência ou insuficiência desses insumos compromete diretamente a qualidade dos serviços prestados, bem como o cumprimento das normas sanitárias e de saúde pública vigentes. Ainda, são essenciais para a promoção de hábitos de higiene, prevenção de doenças e atendimento às normas sanitárias e de saúde pública vigentes.

2.4. Ressalta-se que os materiais de limpeza e higiene possuem caráter de consumo contínuo, com reposição periódica, em razão do uso frequente e da demanda permanente das unidades atendidas. Dessa forma, a aquisição pretendida visa garantir a regularidade do abastecimento, evitando descontinuidade nas atividades rotineiras e assegurando o pleno funcionamento dos serviços públicos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. Para atendimento da demanda em questão, a solução proposta é a realização de processo licitatório amplo na modalidade Pregão (art. 6º, XLI da Lei nº 14.133/2021), na modalidade Registro de Preços.

3.2. A indicação de marca de referência possui caráter meramente orientativo, com a finalidade exclusiva de estabelecer parâmetro mínimo de qualidade, desempenho e rendimento dos materiais a serem adquiridos, não obrigando a Administração ao fornecimento da marca especificada. Serão aceitos produtos similares ou equivalentes, desde que comprovadamente apresentem padrão de qualidade igual ou superior, mediante especificações técnicas, laudos, certificações ou desempenho prático compatível.

3.3. As marcas citadas foram indicadas como referência por apresentarem consolidação no mercado, padronização de qualidade, regularidade no fornecimento, composição técnica superior, maior rendimento por unidade, menor índice de desperdício e melhor custo-benefício no uso contínuo institucional.



4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2. O requisito de sustentabilidade na contratação de materiais de limpeza refere-se à exigência de que os produtos utilizados sejam ambientalmente responsáveis, reduzindo o impacto ambiental e promovendo práticas mais sustentáveis. Composição dos produtos: materiais de limpeza sustentáveis são geralmente feitos de ingredientes biodegradáveis e não tóxicos, que se decompõem naturalmente no meio ambiente sem poluir a água, o solo ou o ar como:

- Materiais menos agressivos ao meio ambiente;
- Produtos acondicionados em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, fabricada em material reciclável ou biodegradável.
- Os produtos usados na limpeza e conservação dos ambientes, também denominados saneantes, tais como álcool, água sanitária, detergentes, ceras, sabões em barra e em pó, saponáceos, desinfetantes, inseticidas, para que sejam aceitos, por ocasião das análises das propostas, deverão vir acompanhado dos seguintes documentos:
- Registro ou Inspeção de registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa/Ministério da Saúde vigente;
- A comprovação da sustentabilidade dos demais produtos no que se refere às exigências descritas nas especificações deve também ser feita, conforme o caso, mediante inscrição nos rótulos, nas embalagens, ou por apresentação de certificação emitida por Instituição Pública Oficial, ou por Credenciada, que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências deste Termo;
- De acordo com a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2.010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, a empresa deverá atender aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, tais como:
- Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;



- Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Meteorologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
- Na execução dos serviços objeto deste Termo de Referência a empresa contratada deverá obrigatoriamente promover as práticas de sustentabilidade ambiental, conforme o disposto na Instrução Normativa nº 01/2010 da SLTI/MPDG, e adotar as seguintes práticas sustentáveis, quando couber:
- Utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- Observar a resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1.994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.3. Na presente contratação será necessária a indicação de marcas, características ou modelos, de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares.

4.3.1. **Água sanitária (Ypê ou Qboa)** – Marcas amplamente reconhecidas nacionalmente, com concentração adequada de hipoclorito de sódio, garantindo elevado poder bactericida, alvejante e desinfetante. Possuem controle rigoroso de qualidade, estabilidade da fórmula e embalagem com bico dosador que reduz desperdícios e vazamentos;

4.3.2. **Cera líquida incolor (Bravo ou Brilho Fácil)** – Produtos com formulação que proporciona brilho imediato e maior durabilidade da película protetora, reduzindo



a frequência de reaplicações. Apresentam melhor resistência a riscos e manchas, aumentando a vida útil do piso;

- 4.3.3. **Cera líquida acrílica impermeabilizante (Start)** – Alto rendimento por litro e formação de filme acrílico autonivelante, transparente e antiderrapante, garantindo proteção prolongada e maior segurança em ambientes institucionais;
- 4.3.4. **Creme dental (Colgate)** – Marca com reconhecimento científico e formulação com flúor em concentração adequada e ação antibacteriana prolongada, comprovadamente eficaz na prevenção de cáries e placa bacteriana;
- 4.3.5. **Desengraxante multiuso (Mágico Start)** – Produto concentrado de alto desempenho, com ação alcalina eficiente na remoção de gorduras pesadas e sujeiras impregnadas, reduzindo a necessidade de reaplicação e esforço operacional;
- 4.3.6. **Detergente neutro (Ypê)** – Fórmula concentrada, alto rendimento por frasco e comprovado poder desengordurante, mantendo estabilidade da espuma e eficiência mesmo em diluição;
- 4.3.7. **Desinfetante (Politriz ou Pinho)** – Alto poder bactericida, ação prolongada na neutralização de odores e melhor fixação da fragrância. Produtos concentrados que garantem maior rendimento e eficiência sanitária;
- 4.3.8. **Esponja para banho dupla face (Pontija)** – Material resistente, maior durabilidade e dupla funcionalidade (limpeza suave e ação massageadora), reduzindo desgaste precoce;
- 4.3.9. **Esponja limpadora (Scotch Brite)** – Reconhecida pela alta resistência da fibra abrasiva, maior durabilidade e eficiência na remoção de sujeiras difíceis sem comprometer superfícies;
- 4.3.10. **Lã de aço (Bombril)** – Fios de aço com melhor uniformidade, maior resistência à corrosão e abrasão, garantindo rendimento superior e menor fragmentação;
- 4.3.11. **Limpador instantâneo (Veja)** – Fórmula de alta eficiência, com ação rápida na remoção de sujeiras, gordura e manchas, reduzindo tempo de aplicação e retrabalho;



- 4.3.12. **Papel higiênico (Personal ou Fofinho)** – Melhor gramatura, maciez e absorção, resultando em menor consumo por uso e melhor custo-benefício institucional;
- 4.3.13. **Pomada para assadura (Bepantol)** – Fórmula com dexpanthenol, reconhecida pela eficácia na prevenção e tratamento de assaduras, com alta segurança dermatológica;
- 4.3.14. **Sabão em pó amarelo (Amarelo ou Galo)** – Forte ação desengordurante, indicado para limpeza pesada, com bom rendimento e eficiência mesmo em pequenas quantidades;
- 4.3.15. **Sabão em barra (Ypê)** – Alta concentração de agentes ativos, maior durabilidade e eficiência na remoção de gorduras e sujeiras difíceis;
- 4.3.16. **Sabão em pó azul (Tixan Ypê ou Omo)** – Fórmulas concentradas, maior poder removedor de manchas, melhor dissolução e perfume de maior fixação, evitando resíduos nas roupas;
- 4.3.17. **Sabonete infantil (Johnson's ou Pom Pom)** – Produtos dermatologicamente testados, com fórmulas suaves, hipoalergênicas e seguras para pele sensível;
- 4.3.18. **Sabonete líquido (Erva Doce ou Start)** – Alto rendimento, boa viscosidade, fragrâncias agradáveis e formulação que limpa sem ressecar a pele, adequado ao uso frequente em ambiente institucional.

Subcontratação

- 4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

- 4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.
- 4.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. As parcelas serão entregues nos seguintes prazos e condições:



5.2. A contratada entregará os itens no depósito da Secretaria de Educação, situado na Praça Benito Felice, nº 210, Bairro Interlagos I, CEP: 38.445-132, respeitando o horário de funcionamento das 8h às 16h.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (01) um dia de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).



Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.9. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:



- Planejamento da fiscalização – definição dos responsáveis, critérios de avaliação, documentos e registros necessários;
- Acompanhamento da execução do contrato;
- Verificação de conformidade das cláusulas e condições do contrato;
- Registro de ocorrências, comunicação ao contratado e acompanhamento das ações corretivas;
- Relatórios de fiscalização.

Gestor do Contrato

6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.13. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).



6.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

7.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

7.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando;

7.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

7.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

7.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

7.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

7.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

7.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

7.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

7.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

7.1.6. fraudar a licitação;

7.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

7.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

7.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

7.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;



- 7.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 7.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 7.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 7.2.1. Advertência;
 - 7.2.2. Multa;
 - 7.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 7.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 7.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 7.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 7.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 7.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 7.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 7.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 7.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.
 - 7.4.1. Para as infrações previstas nos itens 7.1.2 e 7.1.3., a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 7.4.2. Para as infrações previstas nos itens 7.1.5, 7.1.6, 7.1.7, 7.1.8 e 7.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 7.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 7.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 7.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 7.1.1, 7.1.2 e 7.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da



Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

7.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 7.1.5, 7.1.6, 7.1.7, 7.1.8 e 7.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 7.1.1, 7.1.2 e 7.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

7.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

7.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

7.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

7.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

7.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

7.14. A aplicação das sanções previstas neste termo referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos de imediato, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.
- 8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.10.1. o prazo de validade;
- 8.10.2. a data da emissão;
- 8.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.10.5. o valor a pagar; e
- 8.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua



situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por



meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

8.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

- As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

8.25. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

8.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **23/01/2026**.



8.30. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante requerimento do contratado, observado a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA / IGPM (o que for mais vantajoso para a administração pública), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será de forma parcelada.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;



- 9.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 9.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 9.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.
- 9.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- 9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e/ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 9.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n 14.133. de 2021, nesta ordem:
- 9.23.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - 9.23.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;



- 9.23.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;
- 9.23.4. Declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto 12.304, de 2024. E Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025;
- 9.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 9.24.1. Empresas estabelecidas em âmbito local, nos termos do art. 4º, inciso I, da Lei Municipal nº 6.757, de 25 de abril de 2023;
- 9.24.2. Empresas estabelecidas em âmbito regional, nos termos do art. 4º, inciso II, da Lei Municipal nº 6.757, de 25 de abril de 2023;
- 9.24.3. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de município, no território do Estado em que este se localize;
- 9.24.4. Empresas brasileiras;
- 9.24.5. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia do País;
- 9.24.6. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 9.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.26. A comprovação da capacidade econômico-financeira garante que a empresa contratada terá recursos para cumprir com suas obrigações, minimizando riscos de inadimplência e garantindo a continuidade dos serviços.
- 9.27. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;



9.28. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Qualificação Técnica

9.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

- Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.30. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

- 9.30.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- 9.30.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 9.30.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;
- 9.30.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 9.30.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e



9.30.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.30.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.31. Outros documentos:

9.31.1. Apresentar **Alvará sanitário**, atualizado e vigente, nos termos e condições estabelecidas na legislação referentes ao domicílio da sede da licitante, ou ainda, se for o caso, comprovação em caso de dispensa.

9.31.2. Apresentar **Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE)** emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, para os seguintes itens:

Produtos de limpeza e saneantes:

- Amaciante de roupas, Água sanitária, Álcool etílico, Álcool em gel, Desodorizador de ambiente aerossol, Cera líquida, Desengraxante multiuso desengordurante, Detergente, Desinfetante, Limpa-vidros, Limpador instantâneo multiuso, Limpador perfumado, Sabão em pó (amarelo), Sabão em barra, Sabão em pó (azul).

Produtos de higiene pessoal:

- Sabonete infantil, Sabonete líquido, Shampoo para bebê.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Proceder ao fornecimento do material e ou equipamento e ou execução dos serviços, dentro das condições, prazos e preços ajustados na proposta;

10.2. Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da Prefeitura Municipal de Araguari/MG.;

10.3. Arcar com todas as despesas diretas e indiretas, decorrentes as obrigações assumidas sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Araguari/MG;



- 10.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo da entrega dos materiais/equipamentos ou execução dos serviços;
- 10.5. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal de Araguari sobre os materiais/equipamentos ofertados; ou serviços executados;
- 10.6. Manter, durante toda execução do presente contrato, todas as condições de habilitação exigidas no processo licitatório;
- 10.7. Atender a todas as despesas e encargos de qualquer natureza com pessoal de sua contratação, necessários à execução do contrato, inclusive os encargos de natureza trabalhista, previdenciário, fiscal, de acidentes de trabalho e outros semelhantes, relativos à execução do objeto do contrato;
- 10.8. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- 10.9. Designar um preposto, aceito pela Administração, para representá-la durante a execução do contrato, que deverá manter contato permanente com o gestor do contrato;
- 10.10. Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da Contratada, em relação ao objeto do Contrato;
- 11.2. Efetuar o pagamento em conformidade com os critérios definidos no edital;
- 11.3. Notificar a CONTRATADA, afixando o prazo para correção das irregularidades ou defeitos encontrados e por não cumprir os prazos de entrega estabelecidos no contrato;
- 11.4. Dar aceite na Nota Fiscal de fornecimento;
- 11.5. Fiscalizar a execução do Contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
- 11.6. Receber o objeto/serviço do contrato, nos termos, prazos, condições e especificações estabelecidas no instrumento contratual;
- 11.7. Designar servidor responsável para fiscalização e acompanhamento do contrato;
- 11.8. Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a entrega dos serviços;



- 11.9. Rejeitar, no todo ou em parte, por intermédio da fiscalização, os serviços que estejam em desacordo com o firmado, podendo exigir, a qualquer tempo, a substituição dos que julgar insuficientes ou inadequados;
- 11.10. Aplicar à contratada as penalidades depois de constatadas às irregularidades, garantido o contraditório e ampla defesa;
- 11.11. Fornecer à contratada todas as informações, esclarecimentos, documentos e demais condições necessárias à execução do contrato;
- 11.12. Notificar a contratada, por escrito, seja via email, fax ou carta, sobre imperfeições, falhas, entregas incompletas ou irregularidades constatadas na execução do contrato, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.
- 11.13. Não obtido êxito nas notificações citadas acima, entregar notificação por escrito ao fornecedor/prestador de serviço, dando prazo de 72 horas para resolução do problema, não sendo solucionado entregar mais uma notificação com prazo de 48 horas e após, não sanada as pendências aplicar as medidas cabíveis e previstas no contrato;
- 11.14. Emitir NAF (Nota de Autorização de serviço/Empenho), devendo constar da mesma a especificação do serviço;

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 12.1. O custo estimado total da contratação é de R\$2.273.761,00 (Dois milhões, duzentos e setenta e três mil, setecentos e sessenta e um reais), conforme custos unitários apostos na tabela acima.
- 12.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.
- 12.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):
- em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;



- em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

13.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Secretaria	Solicitação	Ficha	Fontes de Recurso	Dotação
Secretaria de Educação	320	292	1500	02.08.00.12.361.0031.2040.3.3.90.30.00
		304	1500	02.08.00.12.365.0009.2035.3.3.90.30.00
		282	1550	02.08.00.12.122.0002.2235.3.3.90.30.00
		260	1500	02.08.00.12.122.0002.2015.3.3.90.30.00

13.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Araguari, 29 de abril de 2026.

Sarah Novaki Vilela dos Reis
Matrícula 91.520

Cristiane Nery Pereira
Secretaria Municipal de Educação

